

ARTIGOS E ENSAIOS

A LINGUAGEM COMO OBJETO DA LINGÜÍSTICA

Paulo J. R. Strogenski ¹

RESUMO

A importância que os estudos da linguagem sempre receberam nas sociedades, seja pelos estudos da retórica, seja pela preocupação descritiva dos gramáticos, levou ao processo de valorização do estudo das gramáticas das línguas, segundo o modelo greco-latino. Essa preocupação com a natureza das línguas e com o seu estudo acabou por originar a gramática histórica (comparada) e, mais tarde, a lingüística como nós a conhecemos hoje: dividida em disciplinas que abordam, cada qual, diferentes aspectos da linguagem segundo os seus interesses, preceitos e limites autodefinidos, que desprezam de maneira geral muitas das características que fazem das línguas **as línguas**.

Palavras-chave: Lingüística, linguagem, sujeito, Filosofia da Lingüística

ABSTRACT

Language studies have been relevant in human society since the earlier Greek society which imposed to the later studies a pattern based upon, mainly, Rhetoric and Grammar. The focus on the nature of language and its importance generated the Historical Grammar and, later, the linguistics studies as we know nowadays: fragmentary matters which aim at different and limited aspects of language, avoiding a larger and broader view that could present language as a totality inserted in human social relationships.

Keywords: Linguistic; language; subject; Philosophy of Language.

Por meio da linguagem o homem 'dá forma' ao mesmo tempo a si mesmo e ao mundo, ou melhor, torna-se consciente de si mesmo, projetando um mundo no exterior.

Humboldt

¹ Graduado em Letras-Português, Mestre em Letras – Lingüística pela UFPR. Professor e Chefe do Departamento Acadêmico de Comunicação e Expressão da Unidade de Curitiba/CEFET-PR. paulojrs@cefetpr.br.

As línguas são ricas em modos de expressão, particularidades e, principalmente, diferenças. A língua real, falada por toda uma comunidade que a partilha, é marcada mais pela semelhança do que pela igualdade – a língua não é igual para todos, varia de lugar para lugar, segundo o grau de escolaridade, herança familiar, etc. Os falares são como parentes próximos, às vezes muito próximos, às vezes nem tanto e, outras vezes, gêmeos quase idênticos (na verdade, nem os gêmeos idênticos são realmente idênticos). Como exercício de imaginação, podemos até pensar em uma “língua-clone” que, a exemplo do que os cientistas pensam ser possível fazer com seres vivos, poderia ser idêntica à língua-mãe, tanto em termos de estrutura quanto de regras. Como ser vivo, seria idêntica fisiologicamente (crê-se!) enquanto produto de laboratório, não natural e, também à semelhança do ser vivo, provavelmente continuaria idêntica durante o tempo em que fosse mantida no laboratório, imutável como no momento da criação. Imutável se confinada, mas nunca livre no mundo, porque se livre, rebelde. Justamente dessa temida rebeldia – independência – é que decorre a necessidade de homogeneização da língua enquanto objeto de estudo da Lingüística, deixando de lado a língua do dia-a-dia.

Apesar do estranhamento que a idéia de que a ciência da linguagem despreza justamente a realidade da linguagem possa causar, é importante lembramos que as ciências adotam os seus objetos de estudo a partir de critérios próprios, de sua epistemologia, e não exatamente do mundo real. Mais radicalmente, pode-se dizer que as teorias científicas “criam”, ou recriam, o mundo à sua semelhança, à sua conveniência. Então, precisamos ter em mente que se apoiar em abstrações não é um privilégio unicamente das teorias da Lingüística; outras teorias científicas também o fazem, como na Física contemporânea, na qual se fala em uma teoria das supercordas, capaz de unificar as regras que regem o cosmos, ou em “buracos de minhoca”, que seriam caminhos interdimensionais capazes de unir diferentes pontos do *continuum* espaço-tempo, servindo de atalho entre pontos distantes do universo. A própria Teoria da Relatividade, no início, era uma ficção (para muitos continua sendo). Ou seja, é normal que as teorias científicas elejam objetos para estudo que, em um primeiro momento (ou talvez em nenhum), não pertençam à realidade. Aliás, é preciso lembrar que qualquer objeto do mundo, a partir do momento em que é “colocado” dentro de uma teoria científica, deixa de ser objeto real para ser um objeto científico, um objeto com características próprias, um simulacro em última análise, que pode ser manipulado pelo cientista. Esse processo de teorização e redução da realidade é indispensável porque um objeto do real não pode ser manipulado teoricamente, já que ele sempre extrapolará os limites da teoria.

O desejo de homogeneização na Lingüística, além de ser complicado por desprezar fatos da língua real, é perigoso por permear o pensamento de lingüistas importantes, de diferentes correntes, como Saussure, Chomsky ou

Searle, todos convictos de que é preciso abstrair da língua real apenas os fatos relevantes para suas teorias. Fatos esses que, através do processo de abstração, tornam-se homogêneos e mais facilmente manipuláveis. Da mesma forma como as teorias se esforçaram para homogeneizar a definição da língua, muito se fez em prol da homogeneização do falante (vide o falante-ouvinte ideal, de Chomsky).

Uma outra questão interessante, que envolve tanto a conceituação de língua quanto de falante, é a das relações entre a Lingüística e outras ciências, principalmente porque, desde Saussure, ela sempre foi definida como “a” ciência da linguagem, apesar da existência de outras ciências que também se preocupam com a linguagem, como a Psicologia, por exemplo. A Sociologia e à Antropologia também pode interessar a linguagem na sua relação com o falante; afinal, a linguagem faz parte do homem e da sociedade e, por isso, acaba sendo, senão objeto de estudo, ao menos meio de estudo da literatura, da filosofia, da lógica, etc. Ou seja, a partir do momento em a Lingüística pretendeu para si o título de ciência da linguagem, automaticamente, afastou as demais pretendentes para fora desse campo de estudo. Isso através da limitação de um território teórico que define o que é linguagem enquanto objeto de estudo, distanciando-o de tudo aquilo que não o é. Daí a preocupação de Saussure em diferenciar o que é língua e o que é fala, definindo que a língua deve ser o objeto da Lingüística. O mesmo procedimento preocupou Chomsky, que afastou a fala, também, do âmbito de estudo da Gramática Gerativa.

Da mesma forma que a fala foi suprimida, o falante também sofreu um processo de apagamento. Em Saussure, o falante sequer é lembrado e, em Chomsky, ele é idealizado como uma entidade homogênea e abstrata (como se fosse possível um ser humano homogêneo). Com esses procedimentos, a Lingüística de fato conseguiu se constituir como uma ciência, a única, que tem a linguagem como seu objeto de estudo: uma linguagem alheia ao falante e à fala e isenta de imperfeições.

O fato de que para os lingüistas a linguagem só poderia ser estudada a partir de uma noção de homogeneidade, de um sistema homogêneo e estável – muito diferente da língua real, heterogênea e instável – se faz através de um modelo científico que também é um modelo político em essência: a Lingüística é o que é porque nasceu e proliferou em um meio político (França, Estados Unidos) moldado por critérios positivistas. Se a Lingüística houvesse nascido em um ambiente socialista, marxista, por exemplo, com certeza seria diferente – talvez melhor ou talvez pior em relação à definição do objeto para o estudo da linguagem, mas com certeza diferente. Um modelo como o de Chomsky, que tenta buscar constantes universais que seriam a origem das variantes, jamais seria capaz de dar conta de uma linguagem como a entendida por uma abordagem de cunho social, por exemplo, que certamente inverteria o ponto de vista sobre a relação constante – variante porque, segundo essa perspectiva,

provavelmente, o uso das variantes é que cristalizaria as constantes, ou ainda, as línguas menores (dialetos, idioletos) definiriam as línguas ditas maiores, o que quer dizer que não haveria uma língua-padrão da qual derivariam diversos dialetos, mas diversos modos de falar que, nos seus pontos de contato, definiriam a língua maior. Logo, as constantes de uma língua não seriam pré-dadas para se materializarem em variações, mas seriam abstraídas das diversas variantes que ocorrem no discurso partilhado pela comunidade de falantes. Ou seja, seria um modelo teórico que tentaria compreender a linguagem, não partindo do pressuposto de que existam uma linguagem “feita” e constantes que se materializam, mas como uma linguagem *em se fazendo*, uma linguagem dinâmica e viva. Um ponto de vista como esse acaba por criar um desafio no âmbito da epistemologia da Linguística diretamente ligado ao problema de se incluir o falante e a fala no estudo da linguagem, mas sem perder de vista o que é próprio da língua. Em última análise: incluir, amigavelmente, a diferença na ordem.

Acredito que a passagem de Humboldt, citada na epígrafe, possa resumir muito bem a necessidade exposta no parágrafo anterior de a Linguística começar a entender a linguagem como atividade social constitutiva, como meio constitutivo, não só para o meio (ou contrato) social, mas para o falante enquanto sujeito e para a própria linguagem como atividade auto-renovável. Ou seja, não se pode apenas falar na linguagem enquanto meio pelo qual os homens se comunicam uns com os outros e, também, não se pode pensar a linguagem simplesmente como um sistema formal, composto por léxico e regras ou por categorias e esquemas recursivos, mas quase como uma “entidade” metafísica que, ao mesmo tempo que é utilizada pelo indivíduo como meio de comunicação, usa o indivíduo para a sua própria reafirmação. Indivíduo que, por sua vez, irá novamente utilizá-la, agora como forma de autodefinição e de definição de um mundo que será exteriorizado pela linguagem e, simultaneamente, introjetado também através da linguagem para dentro da própria linguagem, constituindo-se um processo dinâmico em cadeia de constante expressão, retomada e renovação.

Justamente nesse processo dinâmico de constante confirmação/renovação reside o, talvez, problema central da linguagem: a sua indeterminação semântica ou, em outras palavras, a sua inegável característica de sempre poder significar coisas novas num engendramento “criativo” que toma o já existente e o reelabora, devolvendo ao mundo, através de si própria, novas significações que se juntarão às já existentes, ampliando a base sobre a qual o sujeito se debruçará (ou se apoiará) para “fabricar” novos sentidos indefinidamente. Nietzsche (1997) coloca a linguagem (e o seu caráter retórico) como mediadora entre o homem e o mundo ao seu redor. Uma via de dois sentidos: tanto das coisas do mundo para a sua tradução em impulso, quanto de impulso para a sua exteriorização (retórica) para o mundo das coisas e dos outros

homens. Esse papel mediador da linguagem faria do processo de interação homem – mundo um contínuo vai-e-vem entre o objetivo e o subjetivo por um caminho sempre marcado pelo problema da significação.

Talvez se possa de fato pensar a linguagem como um sistema. Não em um sistema de oposições do tipo *é/ não é*, ou de “valores puros” como o de Saussure, mas um sistema no qual as coisas são o que não são, como o proposto por Derrida (1991). Ou seja, um sistema no qual não haveria uma oposição explícita entre duas coisas que se negam (ao mesmo tempo em que se afirmam), e sim um sistema em que uma coisa que ocupa um lugar se afirma através da sua relação com outras coisas que ocupam outros lugares. O que quer dizer que os valores das coisas já não seriam tão puros, tão absolutos, mas relativos. Relativos porque, voltando a Nietzsche, a essência completa das coisas jamais poderá ser abarcada, pois no momento em que percebemos algo, esse algo se transforma em um impulso (um signo lingüístico?) que poderá ser passado pela linguagem como uma *opinião*, mas não como um conhecimento, pois o *conhecimento* seria inalcançável através da linguagem.

O sistema de Derrida é muito interessante para uma abordagem lingüística que pretenda dar conta da heterogeneidade porque falar que uma coisa se define não na oposição, mas na negação de outras, pressupõe admitir que esta coisa possa estar em oposição de grau com as outras coisas do sistema, E mais, que às vezes possa estar mais próxima de algumas e mais distante de outras e, em outros momentos, mais próxima de outras e mais distante de algumas.

A relativização das relações entre as coisas permite que se pense não em um sistema de coisas, mas em um sistema de sistemas de coisas – ou mais radicalmente, lembrando a idéia de Franchi, em *Linguagem: atividade constitutiva*, de que se possa usar um processo recursivo para a definição dos fatos da linguagem. Dessa forma nós poderíamos ter um sistema de sistemas de sistemas de sistemas (...) de coisas, elevando as possibilidades de encadeamento teoricamente ao infinito.

Essa possibilidade de encadeamento permitiria às coisas estarem em relação em diversos níveis do sistema em um momento ou em outro, o que vale dizer que as coisas poderiam “deslizar” no sistema, não mantendo um lugar fixo de oposição, mas diversas possibilidades de relações: relações de significação. Significação, por esse prisma, deslizante, dependente do contexto de relações que se estabeleceria no sistema em um dado momento em virtude da posição atribuída à coisa, o que, de certa maneira, acaba por reafirmar o preceito saussuriano da arbitrariedade do signo: se ele é arbitrário, sua posição pode ser mudada. E se a posição é mudada, a relação com as outras coisas também é alterada e a significação “desliza”.

A *diferença* (com um *a*), termo proposto por Derrida, é justamente a condição que permite o deslizamento da significação porque é ela que

possibilita a definição da coisa, permitindo que ela **seja** quando está frente às outras coisas que não são essa coisa. É a diferença que possibilitaria a “relação” enquanto a diferença (com *e*) define – e é definida – a “oposição”. Ou, se a diferença define os valores absolutos, a diferença possibilita os valores relativos (nas relações).

A Linguagem vista assim certamente exigiria mecanismos de análise que não são os distribucionais ou formais, mas também não são os funcionais porque ambos são limitados a partes da linguagem: os primeiros às regras gramaticais e semânticas de um universo homogêneo e fechado e os últimos ligados mais às intenções do falante do que à linguagem. Voltando a Carlos Franchi, um modelo de análise capaz de interpretar a linguagem como atividade constitutiva, como meio constitutivo, não só para o meio (ou contrato) social, mas para o próprio falante enquanto sujeito e para a própria linguagem como atividade auto-renovável. Em resumo, um modelo capaz de compreender o devir da linguagem.

Um modelo capaz de, nas palavras de Voloshinov (1986), perceber que “a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da sua interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.” O que significa que, para ele, tanto uma quanto outra corrente de pensamento são inadequadas para perceber a verdadeira essência da linguagem, que não está nem nas formas abstratas nem na individualidade psicológica, mas no fazer social, no processo histórico de desenvolvimento de uma sociedade. Ou seja, a linguagem não seria individual ou abstrata, mas social e concreta: um bem/produto social. Uma herança que se renova e renova o indivíduo a cada momento. Uma atividade constitutiva que constitui o indivíduo, o mundo e a própria linguagem, a qual se renova a cada instante – nas palavras de Humboldt: “*Language, regarded in its real nature, is an enduring thing, and at every moment a transitory one*” (**On Language**, p.48).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DERRIDA, J. *A diferença*. In **Margens da Filosofia**. Campinas: Papius, 1991.

FRANCHI, Carlos. *Linguagem: Atividade Constitutiva*. In **Cadernos de Estudos Lingüísticos** nº 22. Campinas: Unicamp/ IEL: 1992.

HUMBOLDT, W. **On Language: on the diversity of human language construction and its influence on the mental development of the human species**. UK:Cambridge University Press, 1988.

GILMAN, S. L. Editor. **Friedrich Nietzsche on rhetoric and language.**
UK: Oxford: University Press, 1997.

VOLOSHINOV, V.N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** São Paulo:
Hucitec, 1986.